6

Conclusão

Ao longo deste trabalho mostramos ideias, argumentos, teorias, fatos e eventos a fim de confirmar nosso objeto: afirmar que “a intervenção estatal visando a democratizar a esfera comunicativa é indispensável”⁵⁹², e que para que o direito à comunicação se concretize, é imprescindível a atuação do Estado.

Concordamos com o olhar de Eduardo Viveiros de Castro que percebe que “uma boa política [...] é aquela que multiplica os possíveis, que aumenta o número de possibilidades abertas à espécie, e só”⁵⁹³. Apesar do risco envolvido em qualquer ação estatal de que esta se instrumentalize e acabe por servir a interesses privados dos membros do governo, ou que possa vir a adotar posições antidemocráticas, ainda assim defendemos sua necessidade, pois as “maiores barreiras existentes para o exercício da liberdade de expressão não provêm do Estado, mas da própria estrutura social”⁵⁹⁴, de suas desigualdades e hegemonias.

O combate ao monopólio no mercado de radiodifusão é uma demanda que a sociedade vem amadurecendo e sua consecução não deve ter o poder de favorecer as opções e opiniões autorreferentes dos membros do governo.

Mas apesar de todas as críticas sobre a falta de uma política efetiva para o setor das comunicações, avaliamos o momento presente com algum otimismo. Há iniciativas democráticas por todo o país, sendo um exemplo o OmbudsPE⁵⁹⁵ em Pernambuco, organização que monitora e analisa a mídia há mais de sete anos, de forma transparente e aberta à participação popular. Outro exemplo é o Observatório do Direito à Comunicação⁵⁹⁶, plataforma do projeto

⁵⁹²SARMENTO, Daniel. *Livres e Iguais: Estudos de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p.286.

⁵⁹³CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Encontros*. Organização Renato Sztutman. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008. p.255.

⁵⁹⁴SARMENTO (2006), op. cit., p.288.

⁵⁹⁵Disponível em: <<http://www.ombudspe.org.br>>. Acesso em 28 de fev. De 2012.

⁵⁹⁶Disponível em: <<http://www.direitoacomunicacao.org.br/index.php?agenda=ok>>. Acesso em 28 de fev. de 2012.

Intervozes⁵⁹⁷, que tem como principal objetivo a democratização da comunicação e a promoção do pluralismo, constituindo-se numa organização formada por ativistas e profissionais com formação em Comunicação Social e em outras áreas, distribuídos em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal. Outra forma de organização da sociedade civil é o projeto Donos da Mídia⁵⁹⁸, pesquisa que reúne e sistematiza os dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia, montando um panorama completo da propriedade do mercado de radiodifusão no Brasil.

Ainda que estejamos propondo a intervenção do Estado em uma atividade que deve ser exercida de forma livre e autônoma, postulamos que somente com o estabelecimento de políticas públicas de controle e aferição da atividade de radiodifusão será possível concretizar o pluralismo e outros princípios democráticos indispensáveis.

Foi mencionado ao longo desta dissertação que um sistema de regulação desejável deveria compreender a aplicação de regras e padrões. Além destas definições, deveria conter regras afim de proporcionar encaminhamento de queixas para conferir ao setor de radiodifusão a segurança jurídica necessária em sua atividade, e para garantir aos telespectadores e ouvintes o respeito a seus direitos, valores e opiniões.

A finalidade perseguida pela defesa da regulação é de que haja uma legislação primária contendo uma definição de padrões básicos de conteúdo, incluindo a proteção à criança e ao adolescente, a vedação a conteúdos discriminatórios e a defesa da busca de exatidão e do pluralismo nas apurações jornalísticas.

É pensar em uma legislação que proporcione à autoridade reguladora subsídios para a elaboração de suas orientações, explicando e definindo em detalhes sua interpretação, com consistência e flexibilidade suficientes para que tais regras sejam ao mesmo tempo representativas dos anseios da sociedade e suas

⁵⁹⁷ Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/>>. Acesso em 26 de fev. de 2012.

⁵⁹⁸ Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/inicial>>. Acesso em 26 de fev. de 2012.

circunstâncias, como também suficientemente sólidas para resistir aos casuísmos políticos.⁵⁹⁹.

É preciso estar atento e examinar “princípios que definem o papel das comunicações na sociedade, a natureza dos serviços prestados pelas instituições de comunicação, e o caminho escolhido parte da forma de participação do Estado”⁶⁰⁰. Mas há indícios de que estamos preparados para enfrentar esse debate.

Concluimos este trabalho acreditando em sua contemporaneidade e pertinência, e também reconhecendo que sua atualidade o condena a certa obsolescência em breve. Assistiremos a convergência de mídias eletrônicas e novas configurações para a televisão aberta, trazendo novas questões, perspectivas e possibilidades para o debate sobre a regulação da comunicação. No âmbito da comunicação, como na vida jurídica, nunca será demais repetirmos a fala do poeta Manoel de Barros: “o tempo só anda de ida”, para darmos conta de nossa história olhando sempre adiante.

⁵⁹⁹ MENDEL; SALOMON, op.cit., p.34.

⁶⁰⁰ SANTOS; SILVEIRA, op. cit., p.50.